

Instituto de Responsabilidade Social Sírio
Libanês
Hospital Regional de Jundiaí

Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2016



Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	12



Relatório do auditor independente

Grant Thornton
Auditoria e Consultoria Ltda.
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105
12º andar | Edifício Berrini One | Vila Olímpia
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.granthornton.com.br
T +55 11 3886.5100

Aos Conselheiros e Diretores
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
Hospital Regional de Jundiaí

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Hospital Regional de Jundiaí (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Hospital Regional de Jundiaí em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme discutido na Nota Explicativa nº 1.1, chamamos a atenção para o fato de que o Instituto incorreu em um déficit de R\$923.700 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (déficit de R\$2.749.891 em 2015), e que, naquela data, apresentava patrimônio líquido negativo de R\$5.488.701 (R\$4.565.001 em 2015) e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R\$5.515.486 (R\$4.565.001 em 2015), o que indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Desta forma, o Instituto possui dependência significativa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para custeio do citado patrimônio líquido negativo e manutenção de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em relação à esse assunto.



Partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, em 31 de dezembro de 2016 o Instituto apresenta saldo a pagar à partes relacionadas no montante de R\$923.231 (R\$1.181 em 2015), o que pode ser questionado pelo Governo do Estado de São Paulo. Nossa opinião não está ressalvada em relação à esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros assuntos – auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos saldos estão apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 4 de março de 2016, continha parágrafo ênfase quanto ao assunto discutido na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”. A demonstração do resultado referente ao citado exercício está sendo reapresentada em função do assunto discutido na Nota Explicativa nº 4.

São Paulo, 3 de abril de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Octavio Zampirolo Neto".

Octavio Zampirolo Neto
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Hospital Regional de Jundiá

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

ATIVO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante			
Recursos disponíveis de projetos - contratos de gestão e convênios	5	56.188	108.077
Estoques	6	516.061	530.657
Creditos diversos	7	13.217	19.782
Total do ativo circulante		585.466	658.516
Ativo não circulante			
Depositos judiciais	13	49.098	-
Total do ativo não circulante		49.098	-
Total do ativo		634.564	658.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Hospital Regional de Jundiaí

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante			
Fornecedores	8	3.542.877	4.024.460
Obrigações trabalhistas	9	1.451.988	973.271
Obrigações tributárias	10	178.126	213.369
Contratos de gestão e convênios	11	3.355	11.234
Partes relacionadas	12	923.231	1.181
Outras contas a pagar	-	1.375	2
Total do passivo circulante		6.100.952	5.223.517
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	22.313	-
Total do passivo não circulante		22.313	-
Patrimônio líquido	14		
Déficit acumulado	-	(4.565.001)	(1.815.110)
Déficit do exercício	-	(923.700)	(2.749.891)
Total do patrimônio líquido		(5.488.701)	(4.565.001)
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		634.564	658.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Hospital Regional de Jundiaí

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - estadual	15	30.060.000	23.412.958
Receitas de locações de espaços	-	14.950	-
Subvenções compra equipamentos hospitalares	-	-	37.959
Repasse sem restrição Matriz	-	35.558	-
		30.110.508	23.450.917
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	16	(29.020.374)	(23.392.468)
Superávit bruto		1.090.134	58.449
Receitas (despesas) operacionais			
Utilidade pública	17	(1.049.205)	(832.551)
Serviços profissionais	18	(598.360)	(1.368.269)
Demandas judiciais	13	(22.313)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(363.844)	(592.231)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(943.588)	(2.734.602)
Despesas financeiras	20	(51.676)	(71.489)
Receitas financeiras	21	71.564	56.200
		19.888	(15.289)
Déficit do exercício		(923.700)	(2.749.891)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS
Hospital Regional de Jundiaí

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Défict do exercício	(923.700)	(2.749.891)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(923.700)</u>	<u>(2.749.891)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Hospital Regional de Jundiá

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	Déficit acumulado	Déficit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(1.815.110)	(1.815.110)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	(1.815.110)	1.815.110	-
Déficit do exercício	-	(2.749.891)	(2.749.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(1.815.110)	(2.749.891)	(4.565.001)
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	(2.749.891)	2.749.891	-
Déficit do exercício	-	(923.700)	(923.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(4.565.001)	(923.700)	(5.488.701)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Hospital
Hospital Regional de Jundiá

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Das operações sociais:		
Déficit do exercício	(923.700)	(2.749.891)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício pelas atividades operacionais		
Provisão para demandas judiciais (líquido das reversões e pagamentos)	22.313	-
Variação de ativos e passivos operacionais		
Estoques	14.596	(113.240)
Créditos diversos	6.565	(13.656)
Depósitos judiciais	(49.098)	-
Fornecedores	(481.583)	3.058.377
Obrigações trabalhistas	478.717	243.663
Obrigações tributárias	(35.243)	126.478
Outras contas a pagar	1.373	(73.604)
Projetos a executar - contratos de gestão e convênios	(7.879)	(961.016)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(973.939)	(482.889)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	922.050	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	922.050	-
Redução de Recursos disponíveis de projetos - contratos de gestão e convênios	(51.889)	(482.889)
No início do exercício	108.077	590.966
No final do exercício	56.188	108.077
Redução de Recursos disponíveis de projetos - contratos de gestão e convênios	(51.889)	(482.889)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“IRSSL”) é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

Contratos de Gestão com o Governo de São Paulo - Hospital Regional de Jundiaí

Localizado na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiaí. Contrato de Gestão nº 001.0500.000025/2014 firmado em 11 de junho de 2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 12 de junho de 2014 por 5 anos.

Em função do Hospital Regional de Jundiaí ser uma unidade estadual e o IRSSL ser responsável apenas pelo gerenciamento do serviço de saúde, os ativos imobilizados relacionados às unidades de saúde ficam sob responsabilidade do ente público.

	31/12/2016	31/12/2015
Equipamentos	1.954.230	1.725.651
Mobiliário	49.870	38.911
Obra	41.999	28.642
	2.046.099	1.793.204

1.1. Plano da Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês – Hospital Regional de Jundiáí

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Hospital Regional de Jundiáí (“Instituto”) incorreu em um déficit de R\$923.700 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e que, naquela data, apresentava patrimônio líquido negativo de R\$5.488.701 e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R\$5.515.486. Embora apresente patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2016, a Administração do Instituto entende que este é mero gestor e não tem responsabilidade objetiva pelo déficit, pois cabe ao Estado lhe repassar ou não as verbas acordadas. Há hipótese de o Instituto optar por rescindir os contratos e transferir os déficits ao Ente Público, não afetando a continuidade de suas operações.

A seguir apresentamos as principais informações relacionadas aos planos da Administração:

- (a) O contrato de gestão do Instituto com a Secretaria de Estado da Saúde – SES, para gerenciamento do Hospital, teve seu valor revisto para o exercício de 2016, através do T.A. 01/2016, passando de R\$1,93 milhões para R\$2,50 milhões mensais;

Concomitantemente com estas ações, o Instituto tem aprofundado o conjunto de medidas, com vistas a sanear as finanças, conforme segue: negociação, junto aos fornecedores, das dívidas, com parcelamento dos valores, sem inclusão de encargos e alteração do prazo de pagamento dos novos fornecimentos de insumos para até 90 dias após a entrega dos materiais.

A Administração do Instituto acredita que os planos acima mencionados trarão os benefícios esperados na equalização das obrigações de curto prazo e garantirão a continuidade das operações da entidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

As presentes demonstrações contábeis incluem dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte do auditor independente.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das mesmas, foram aprovadas pela Gerência Financeira e pela Gerência Executiva do Instituto em 3 de abril de 2017, que correspondem às informações utilizadas pelos respectivos órgãos na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 22).

2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir estão sendo aplicadas de forma consistente pelo Instituto em ambos períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento.

Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

Provisão para demandas judiciais

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no início do mês seguinte à competência.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros**Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contratos de gestão e convênios.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4. Reapresentação da Demonstração dos resultados de 31 de dezembro de 2015

Para fins de comparabilidade, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está sendo reapresentada para atendimento à alteração ocorrida na ITG 2002 (R1) item 9B, que estabelece que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. Dessa forma, não devem ser reconhecidas as Receitas de Isenção de INSS e o respectivo Custos de Encargos de Previdência Social, as quais não interferem no resultado operacional da unidade. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, essas informações estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 24.

5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	3.700	3.735
Aplicações financeiras	52.488	104.342
	56.188	108.077

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.

6. Estoques

	31/12/2016	31/12/2015
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	474.585	495.816
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros	41.476	34.841
	516.061	530.657

7. Créditos diversos

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos à funcionários	13.217	18.282
Outros créditos	-	1.500
	13.217	19.782

8. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Nacionais	3.542.877	4.024.460
	3.542.877	4.024.460

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos	781.113	2.366.255
A vencer até 30 dias	2.003.222	1.468.196
A vencer de 31 a 180 dias	758.542	190.009
	3.542.877	4.024.460

Quanto aos fornecedores vencidos e não pagos, o Instituto passou a negociar junto aos credores no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros e quaisquer outras taxas. O Instituto tem obtido êxito nestas negociações, escalonando os pagamentos de suas obrigações, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo rigorosamente cumpridos.

9. Obrigações trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e ordenados a pagar	449.644	324.084
Contribuições e encargos sociais	185.524	130.115
Provisão para férias e encargos sobre férias	816.820	519.072
	1.451.988	973.271

10. Obrigações tributárias

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	15.015	12.256
ISS	16.741	16.548
PIS/COFINS/CSLL	134.493	168.033
INSS pessoa jurídica	11.877	16.532
	178.126	213.369

11. Contratos de gestão e convênios

	31/12/2016	31/12/2015
Repasses para investimento	3.355	11.234
	3.355	11.234

O Instituto mantém contratos de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1).

12. Partes relacionadas

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo		
Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírio Libanês	727.646	-
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (matriz)	195.585	1.181
	923.231	1.181

Empréstimo realizado pela Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírio Libanês para ajuda financeira da unidade. Este valor será devolvido de forma parcelada durante o exercício de 2017.

O Instituto tem Acordo de Colaboração firmado com a Sociedade Beneficente de Senhoras Sírio Libanês, este acordo consiste na ajuda financeira necessária para a manutenção da unidade, seja ela por meio de doações (materiais ou monetárias) ou empréstimos para custear as despesas necessários da unidade.

13. Provisão para demandas judiciais

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para demandas judiciais	22.313	-
	22.313	-

O Instituto é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	31/12/2014				31/12/2015
		Adições	Reversão	Pagamentos	
Trabalhistas	-	360.329	(360.329)	-	-

	31/12/2015				31/12/2016
		Adições	Reversão	Pagamentos	
Trabalhistas	-	22.313	-	-	22.313

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos judiciais	49.098	-

14. Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Evolução do Patrimônio Líquido

	31/12/2016	31/12/2015
Hospital Regional Jundiá	(5.488.701)	(4.565.001)
	(5.488.701)	(4.565.001)

15. Recursos dos contratos de gestão - estadual

	31/12/2016	31/12/2015
Contrato Gestão Hospital Regional de Jundiá	30.060.000	23.412.958
	30.060.000	23.412.958

16. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e encargos	(8.505.330)	(7.903.852)
Medicamentos e materiais de uso - paciente	(3.873.638)	(2.911.967)
Materias de consumo diversos	(523.674)	(505.676)
Lavadeira e rouparia	(241.213)	(205.167)
Nutrição	(1.336.089)	(1.140.306)
Segurança e vigilância	(404.463)	(461.225)
Higiene e limpeza	(1.466.974)	(1.218.785)
Serviços médicos	(12.668.993)	(9.045.490)
	(29.020.374)	(23.392.468)

17. Utilidade pública

	31/12/2016	31/12/2015
Água	(277.471)	(162.046)
Energia elétrica	(621.338)	(560.925)
Gás natural	(22.772)	-
Combustíveis e lubrificantes	(6.100)	(3.451)
Telecomunicações	(121.524)	(106.129)
	(1.049.205)	(832.551)

18. Serviços profissionais

	31/12/2016	31/12/2015
Honorários advocatícios	(13.573)	(3.043)
Consultoria e assessoria	(76.017)	(99.979)
Suporte em infraestrutura de TI	(152.371)	(83.062)
Auditoria	(14.900)	-
Manutenção e conservação	(280.021)	(718.990)
Serviços técnicos administrativos	(3.670)	(386.580)
Serviços diversos pessoas jurídicas	(57.808)	(76.615)
	(598.360)	(1.368.269)

19. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Locação de equipamento	(350.646)	(420.959)
Uniforme / E.P.I	(594)	(163.657)
Despesas legais / fiscais/ parafiscais	(11.287)	(9.307)
Despesas extraordinárias	(4.966)	(3.395)
Outras despesas (receitas)	3.649	5.087
	(363.844)	(592.231)

20. Despesas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(9.045)	(7.782)
Imposto sobre operações financeiras	(30.558)	(26.810)
Juros incorridos	(1.215)	(10.958)
Multas	(776)	(12.078)
Outras despesas financeiras	(10.082)	(13.861)
	(51.676)	(71.489)

21. Receitas financeiras

	31/12/2016	31/12/2015
Descontos obtidos	448	107
Outras receitas financeiras	365	-
Receita de aplicações financeiras	70.751	56.093
	71.564	56.200

22. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015), o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Instituto.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

		Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
31 de dezembro 2016						
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	Nota 5	56.188	-	-	56.188	56.188
Outros ativos	7 e 13	<u>62.315</u>	-	-	<u>62.315</u>	<u>62.315</u>
Fornecedores	8	-	-	(3.542.877)	(3.542.877)	(3.542.877)
Contrato de gestão e convênios	11	-	-	(3.355)	(3.355)	(3.355)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	9, 10 e 12	-	-	(2.554.720)	(2.554.720)	(2.554.720)
		<u>118.503</u>	-	<u>(6.100.952)</u>	<u>(5.982.449)</u>	<u>(5.982.449)</u>
31 de dezembro 2015						
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	Nota 5	108.077	-	-	108.077	108.077
Outros ativos	7 e 13	<u>19.782</u>	-	-	<u>19.782</u>	<u>19.782</u>
Fornecedores	8	-	-	(4.024.460)	(4.024.460)	(4.024.460)
Contrato de gestão e convênios	11	-	-	(11.234)	(11.234)	(11.234)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	9, 10 e 12	-	-	(1.187.823)	(1.187.823)	(1.187.823)
		<u>127.859</u>	-	<u>(5.223.517)</u>	<u>(5.095.658)</u>	<u>(5.095.658)</u>

23. Tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS

O Instituto está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS

O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto 2016 aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2016 e de 2015. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir

escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo)

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

Com base no estudo baseado nas estimativas anteriores, os montantes das principais renúncias fiscais apuradas são:

Incidentes sobre a receita	31/12/2016	31/12/2015
Receita, depois dos descontos	30.060.000	23.412.958
ISS 5%	1.503.000	1.170.648
PIS 0,65%	195.390	152.184
COFINS 3,0%	901.800	702.389
	2.600.190	2.025.221
Incidentes sobre o Superávit		
Déficit do exercício	(923.700)	(2.749.891)
IRPJ e CSSL 34%	-	-
Total	2.600.190	2.025.221

24. Isenção de INSS cota patronal

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,8%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,96%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015).

A seguir evidenciamos memória de cálculo da isenção de INSS cota patronal:

	31/12/2016	31/12/2015
Ordenados e salários	6.758.344	1.588.952
Isenção de INSS (27,96%)	1.889.633	444.271

* * *